

ATA Nº. 2/2016 - Mandato 2013/2017

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, em segunda reunião da Sessão de Fevereiro, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 5 - Deliberar Aprovar o Relevante Interesse Publico - Projeto de remodelação da rotunda da Praia da Barra (estudo prévio).-----

Ponto 6 - Deliberar aprovar o Relevante Interesse Público da Carreira e tomar conhecimento da Proposta da primeira correção material do PDM de Ílhavo no âmbito do novo programa da Área de Equipamentos da Carreira.---

Ponto 7 - Deliberar Aprovar a Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Ílhavo.-----

Ponto 8 - Deliberar Aprovar a Alteração ao Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra.-----

Ponto 9 - Deliberar Aprovar a Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Ílhavo e Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos para 2016.-----

Ponto 10 - Deliberar Aprovar o Regulamento do Museu da Vista Alegre.-----

Ponto 11 - Deliberar Aprovar a Norma de Controle Interno do Município, ao abrigo do artigo 33º nº.1, alínea i, da Lei 74/2013 de 12setembro.-----

Ponto 12 - Deliberar Aprovar a substituição do membro José luís Cacho, eleito pela AMI ao abrigo da alínea j) nº. 1 Do artigo 5º. Da lei 33/98, de 18/07.-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, José Vaz, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins.-----

FALTAS:-----

Apresentaram pedido de justificação por motivo de ausência do município nos termos do artigo 6º. Do Regimento, os membros Lurdes Faneca do PS, que foi substituída por Hugo Lacerda, Sofia Senos do PS, que não foi substituída, mas foi lhe justificada a falta, Barbara Gabriel do PSD, que foi substituída por Dinis Gandarinho, Hugo Rocha do CDS/PP, que foi substituído por Nuno Conde, Daniel Tavares do PCP, que foi substituído por José Firmino. Faltou ainda o Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador que foi substituído pela Presidente da Assembleia de Freguesia Graça Rocha.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de 24 dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Luís Leitão, Hugo Lacerda, Dinis Gandarinho, António Flor Agostinho, João Oliveira, António Pinho, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Carla Lima, Emanuel Costa, Nuno Conde, José Firmino, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, Graça Rocha, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Presidente da Mesa: Pede aos membros da Assembleia para fazer uma introdução sobre o seguinte assunto: Como é do conhecimento de todos, a antena da Rádio Terranova foi destruída pelo vento e sendo uma peça importante e de grande encargo financeiro, não tem a Terranova de imediato suporte financeiro para a sua substituição. Gerou-se entretanto uma onda de solidariedade a que esta AMI não é certamente estranha. Neste sentido, a Mesa contactou por telefone todos os líderes dos Grupos Parlamentares que manifestaram o seu acordo, para propor a todos os membros que se faça a doação do valor da senha desta Sessão à Rádio, para que rapidamente volte a fazer o seu papel social, muito apreciado pelas populações.-----

Obtendo o consenso de todos os membros presentes, foi ainda acordado, que a Câmara faria a transferência para as respetivas contas e depois seria cada um, a entregar à Terranova o seu donativo.-----

Presidente da AMI, informa que vai dar continuidade À Ordem do Dia da Sessão com a análise do **Ponto 5 - Deliberar Aprovar o Relevante Interesse Publico - Projeto de remodelação da rotunda da Praia da Barra (estudo prévio)**, para o que nos termos do Regimento pede ao Presidente da Câmara, para fazer a devida explicação:

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:-----

Por considerar ser mais fácil explicar o documentando, vai fazer acompanhar a sua explicação, com meios audiovisuais. O que se pretende com este estudo prévio é a passagem definitiva do espaço para gestão municipal, (o que terá ainda de passar por algumas questões técnicas/legais) e criar meios de segurança a pessoas e bens. Como é do conhecimento geral, o único acesso à Praia da Barra é feita por aquela rotunda e o trânsito fazendo-se sentir com grande intensidade ao longo do ano é especialmente intenso no Verão, o que causa grandes constrangimentos de fluência. O Estudo prévio é da autoria de técnicos com conhecimentos na matéria e que procuram apresentar a melhor solução, para o espaço. Prossegue usando uma expressão popular: “este espaço tem tudo a que tem direito e não lhe falta nada...” Apesar da intervenção que já existe, não está desafetado no PDM e daí termos de fazer aprovar o relevante interesse publico e depois consultar todas as entidades envolvidas. Este espaço, para além de área integrada no POOC, (a planta de condicionantes mostra-nos) área de proteção especial ZPE, área integrada em domínio público marítimo, área integrada em servidão no Plano Rodoviário Nacional e também em Estrada Nacional, (neste momento desclassificada) é ainda reserva ecológica nacional. Tem todas estas condicionantes, imaginemos o que seria uma intervenção de aterro na Ria ou alargamento na paralela a A25! Este Estudo Prévio apresenta-nos uma passagem superior e uma inferior de modo a criar maior segurança rodoviária e menos impacto ambiental visual. Consultamos técnicos da ASCENDI, que concordaram e consideraram a proposta excelente. Aprovada esta proposta daremos início a todo o processo burocrático inerente ao que acabo de explicar.-----
Esta é uma solução integrada, o trânsito entra e sai das praias sem cruzamento/entroncamento de viaturas e com fluidez. Em caso de veículos de urgência, existe uma solução sem roturas. -----

Luís Leitão: Pergunta onde se localiza a zona de retorno? A pergunta é respondida apontando a planta. -----

1ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

Carla Lima: Embora não lhe pareça mal a solução apresentada, não pode fazer uma avaliação técnica. Contudo, a sua preocupação é com outro tipo de questões, será útil periodizar obras. Um milhão e trezentos mil euros para esta obra numa altura em que a Câmara se endividou em mais de um milhão de euros para pagar os terrenos da biblioteca e as taxas municipais, são as mais altas de sempre, não podem ser pensadas outras soluções técnicas? O que está em causa são 3 meses de Verão, além disso, o impacto visual, em frente ao mar, também a faz manifestar preocupação.--

José Firmino: Diz justificar-se uma solução para a rotunda mas levanta algumas dúvidas. Sendo as Praias cada vez mais uma zona de turismo e não havendo como se tem verificado nos últimos verões, espaço para estacionar, pergunta se não seria mais útil a criação de parques de estacionamento. No que respeita ao projeto apresentado não tem competências técnicas para avaliar, apenas lhe parece bem.-----

Luís Leitão: Uma das questões a abordar é a do estacionamento selvagem na zona e a criação de alternativas ao estacionamento e como se localiza atualmente a zona de retorno, pergunta se é junto ao restaurante a rotunda do meio ou mais para a frente? Diz ainda que a situação atual não deve manter-se, sendo necessária uma intervenção e esta parece interessante. -----

João Bernardo: O importante é que venha minimizar as condições de trânsito para as Praias. O Estudo Prévio que se apresenta, terá virtualidades mas há alguns aspetos a considerar! A Rotunda da Barra tem um impacto muito importante é uma porta para o município e especialmente para as praias. O espaço a ocupar parece ter um impacto de visibilidade ambiental de grande relevo. Já manifestou o PS algumas vezes o seu desagrado com o estado atual de manutenção da rotunda e a necessidade da sua requalificação Este Estudo é uma obra de grande impacto em que devem ser envolvidos técnicos e auscultada a população.-----

João Roque: Pergunta se foram levados em consideração os peões e ciclistas, estes últimos com grande incidência para aceder às Praias. Opina dizendo que se pode sempre melhorar as coisas, colocando esta questão a uma consulta pública, poderão aparecer outras alternativas boa e de custos mais reduzidos.-----

Eduardo Conde: Inicia a sua intervenção dizendo que se tem que intervir e este estudo parece consensual. O Estudo Prévio agora apresentado, oferece conforto e segurança para quem circula, bem como qualidade de aceder sem filas para se chegar às Praias que é o objetivo de qualquer pessoa. Pensa que para quem visita o Município e sendo as Praias uma das visitas obrigatória, passa a sentir à chegada uma receção agradável, face ao facto de ter trânsito fluido. Contudo tem algumas dúvidas: Pergunta como se vai processar o retorno do lado da Costa Nova, qual a altura que vai sofrer, e, se isto está pensado só em termos de trânsito automóvel?-----

Flor Agostinho: Diz que isto que foi apresentado é um estudo Prévio, há que levar em conta as entidades com a gestão no local que terão de ser consultadas. É uma obra necessária urgente e indispensável, até por todas as questões que aqui já foram referidas e ninguém contesta a sua necessidade. Acrescenta que vai ser necessário fazer uma candidatura a Fundos Comunitários, para se minimizar o problema orçamental.-----

Emanuel Costa: Acha uma solução interessante e pensa que o fato de rebaixar o tabuleiro, não vai causar impacto negativo no ambiente visual. -----

Nuno Conde: Concorde com o estudo do prévio e acredita que o rebaixamento para colocação de tabuleiro resolve as questões de ambiente visual. De fato o que continua a preocupar é o estacionamento na Barra, dificultando também as pessoas com mobilidade reduzida.-----

Presidente da Mesa, pede ao Presidente da Câmara para informar os membros:-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara:-----

Começa por dizer que a pista clicável vai continuar a existir na forma em que está. Responde a João Roque dizendo que a rotunda não se destina a peões. O ponto de maior conflito no município é aquele e não só no verão. Muitos falam no estacionamento, na verdade o maior conflito é o trânsito entrado/saídas. O estacionamento sendo importante, só se coloca realmente durante 2/3 meses, devido à elevada entrada de viaturas. O problema complicar-se-á certamente quando os terrenos particulares que ainda não estão ocupados o sejam. O essencial é a segurança e é isso que está levado em conta. No que respeita ao custo, este é um valor estimado. Todos queremos uma solução com qualidade ambiental, e este estudo apresenta isso mesmo. No que respeita a consulta pública, o projeto tem de ter vários pareceres como já explicou, de muitos técnicos especializados na matéria que é complexa, somos todos democratas e queremos democracia, aqui trata-se de uma solução técnica e objetiva. -----

2ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se:-----

Luís Leitão: Cita dizendo que a rotunda da Barra é a grande obra do seu mandato. Fica com duas, uma a biblioteca que é paga no seu mandato e depois esta a rotunda. Quanto ao valor, o preço é relativo ao que se faz, não sabe se é caro ou barato, depende da duração e solução do investimento. Não custa consultar e procurar uma solução melhor se ela aparecer.-----

João Bernardo: Diz que aos técnicos o que é dos técnicos e aos políticos o que é dos políticos. Tem dificuldade em entender porque não proceder a consulta pública. A democracia é participação. -----

João Roque: Diz não perceber a lógica e tem ideias diferentes.-----

Presidente da Mesa, pede ao Presidente da Câmara para informar os membros:-----

3ª. Intervenção do Presidente da Câmara: -----

“Não estamos a analisar o projeto ao pormenor está a falar do RIP, não temos problema nenhum em ouvir as pessoas, achamos sim que este assunto é puramente técnico”.-----

Presidente da Mesa, anuncia que vai colocar o ponto a votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 9 abstenções. Votos a favor das bancadas do PSD e do CDS/PP, abstenções das bancadas do PS, CDU e BE.-----

Presidente da mesa, informa que o Partido Socialista entrega a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

Aprovação do Relevante Interesse Público – Projeto de remodelação da rotunda da Praia da Barra.-----

A Câmara Municipal de Ílhavo propõe o relevante interesse público para o projeto de remodelação da rotunda da praia da Barra. O Partido Socialista entende que é urgente encontrar uma solução que venha a minimizar o congestionamento do trânsito, que se verifica nas nossas praias, provocado essencialmente pelas condições de funcionamento da rotunda da praia da Barra, no período da época balnear. Neste processo deve-se ter em conta alguns aspetos essenciais a considerar, nomeadamente que: A rotunda da praia da Barra tem uma relevância muito significativa na imagem do nosso concelho, pelo facto de ser o local de passagem de grande parte daqueles que nos visitam ao longo do ano; O espaço ocupado pela rotunda da praia da Barra tem um impacto visual de grande relevo da imagem que se dá da nossa região; O impacto ambiental de qualquer obra que se realize naquele local tem um significado muito relevante; A solução a encontrar deve recolher o parecer e a participação de técnicos e o envolvimento da população ilhavense; Por todas as razões apontadas entendemos que após a elaboração do projeto de execução da “REMODELAÇÃO DA ROTUNDA DA PRAIA DA BARRA”, seja promovida uma consulta pública, em que os cidadãos e técnicos tenham a oportunidade de dar o seu contributo para a melhor gestão do nosso concelho. Através de debates a organizar pela Câmara Municipal e da informação online, em que todos possam expressar a sua opinião. Nesta área, deve ser disponibilizada informação necessária para que os cidadãos possam expressar uma opinião livre e fundamentada. Uma boa decisão nasce do debate de ideias. Os poderes públicos, para a construção de boas soluções em obras estruturantes, necessitam e enriquecem-se com a participação de todos. O Grupo Municipal do Partido Socialista entende que a proposta que a Câmara apresenta a esta Assembleia, não tendo em conta um necessário e importante processo de participação pública, não pode obter a nossa aprovação, optando assim pela Abstenção. Ílhavo, 12 de Fevereiro de 2016. O Grupo Municipal do Partido Socialista,-----

Presidente da Mesa, coloca em análise o **Ponto 6 - Deliberar aprovar o Relevante Interesse Público da Carreira e tomar conhecimento da Proposta da primeira correção material do PDM de Ílhavo no âmbito do novo programa da Área de Equipamentos da Carreira,** e dá a palavra ao Presidente da Câmara: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:-----

A escola da Gafanha de Aquém sempre foi dito ser a pior escola do Município e entendemos que a remodelação da atual escola não é a melhor solução. Por motivo de espaço, teríamos de tentar adquirir terrenos privados o que não é fácil, transferência de alunos não sabemos para onde? Tendo a Câmara um terreno ali tão próximo, surgiu a ideia de construção de uma nova escola, como uma melhor solução.-----

A Câmara em tempo adquiriu este terreno que é de grande dimensão e elaborou um RIP em 2012, para o espaço, onde solicitou autorização para equipamentos da autoria da Câmara e para construção de um Lar cujo projeto é da Associação Aquém Renasce. Face a esta alteração negociamos já com a Associação a nova localização que foi consensual, trazemos este ponto à Assembleia, para aprovação de um novo RIP, porque consideramos ser a melhor solução.-----

1ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

José Firmino: Considera um bom projeto, embora não se sinta à vontade para o comentar tecnicamente, isso vai deixar para os técnicos.-----

Hugo Lacerda: Debatesmos o que achamos bem para os ilhavenses, gostem, ou não, os senhores do executivo. Quando em 2012 foi aprovado o RIP, constava; um parque de merendas, um parque infantil, um equipamento social, estacionamento automóvel, um parque florestal, um poli desportivo, circuito de manutenção e arruamentos/acessos. Não estranhámos agora a opção, o equipamento social embora seja de iniciativa privada, perspectiva-se a sua construção. Relativamente ao Parque Escolar aponta três questões: Razões de Segurança, económicas e políticas. O Novo Centro Escolar localiza-se na Gafanha de Aquém e entre todos os pressupostos argumentados invoca a distância do atual edifício cerca de 150 metros. A nova localização é junto a uma das vias de maior trânsito no município e não percebemos se foram realizados estudos de segurança para os utilizadores. Estes serão preferencialmente, os professores, encarregados de educação e alunos. Para se perceber se existe relevante interesse público, não se sabe, não temos informação, se foram feitos estudos de segurança.-----

Considerando as dificuldades de tesouraria da Câmara, (tiro esta conclusão pelo fato do executivo, não aceitar a redução de taxas propostas pelo PS) situação agravada pela contração de empréstimo de um milhão de euros. Este projeto apresenta contradições. Foram realizados estudos no sentido de saber se os edifícios existentes têm

condições de recuperação para funcionarem em plenas condições? Razão política, a experiência evidenciada com a construção dos Centros Escolares do Município, os quais de construção recente revelam hoje sinais de degradação precoce, materiais desadequados e poucos alunos! Não existem críticas da comunidade escolar e da população relativamente à escola existente, o único problema conhecido é com a cobertura. O Objetivo é colocar os alunos da Gafanha de Aquém, Gafanha da Boavista e Sr. dos Campos, qual é a previsão de alunos? Porque não auscultar a população sobre a necessidade desta obra? “Nunca deixaremos de refletir sobre os projetos e desafios colocados à comunidade, o que nunca faremos é tomar uma decisão sem auscultar os munícipes”.

João Bernardo: Salienta a intervenção do Hugo Lacerda e diz que espera que os arquitectos e técnicos sejam diferentes para não acontecer o que está à vista nos outros Centros Escolares. A carta educativa está em elaboração e porque não aguardar o que esta indica para apresentar este projeto? Disse o Sr. Presidente que é mais barata a nova construção que a requalificação? Gostaríamos de ter estudos comparativos para aferir bem e para não voltar ao erro de construções de centros escolares que distam 300 metros de outros, tipo de construção etc.

Irene Ribau: A ideia inicial para este espaço, denominado Parque da Carreira inclui diversas valências incluindo o Centro Escolar. Dado que na carta Educativa de Ílhavo, se encontra prevista a construção de um Centro Escolar na Gafanha d’Aquém e sendo esta uma obra prioritária dentro do universo dos nossos edifícios escolares, dada a sua pouca qualidade, a proposta agora apresentada tem em seu entender, a conjugação perfeita entre as diversas valências. Aproxima as crianças de Jardim de Infância e 1º ciclo com os idosos aliando a este binómio um espaço para a prática desportiva. Neste estudo prévio e relativamente ao Centro Escolar, não vê mencionados, mas certamente estarão pensados, os espaços de ATL e refeições, pergunta ao senhor Presidente se estes estão acautelados. Está em causa o Relevante Interesse Público, por isso salienta a necessidade da convivência entre quem tem de dar aulas e quem tem de gerir tempos livres tem de ser saudável a bem das nossas crianças. Para isso é necessário acautelar a existência de espaços que permitam o bom trabalho de todos sem atropelos nem confusões. Não existirem espaços demasiado alargados para não correr o risco de na dita escola a tempo inteiro passar a estar incluída a dormida.

Carla Lima: A população escolar está a diminuir e por isso está perplexa com esta proposta!

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara:
Sobre a questão de segurança, está convicto de que é igual. É o único Centro Escolar que está contemplado no projeto 2020 e por isso a questão económica minimizada. O Projeto inclui ATL e demais espaços conforme determina a lei escolar e é uma obra prioritária.

2ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se:
Hugo Lacerda: O Sr. Presidente confunde o fato de termos opiniões diferentes com acreditar ou não com o que o Sr. diz. Colocamos as nossas reservas e não respondeu a algumas perguntas que fizemos.

Eduardo Conde: Pensa que a solução é boa, o projeto tem previsto equipamentos necessários e isso é importante.

Presidente da Mesa, anuncia que vai colocar o ponto a votação:

VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 9 abstenções. Votos a favor das bancadas do PSD e do CDS/PP, abstenções das bancadas do PS, CDU e BE.

Presidente da mesa, informa que o Partido Socialista entrega a seguinte declaração de voto e faz a sua leitura:

DECLARAÇÃO DE VOTO:

Programa de Áreas de Equipamentos da Carreira.
O Grupo Municipal do Partido Socialista considera ser da maior importância criar estruturas que possam enriquecer e tornarem-se uma mais-valia para a população do nosso Município.

Contudo, considerando as dificuldades que o Município evidencia do ponto de vista de tesouraria, conclusão alicerçada no facto de nenhuma das propostas deste grupo Municipal do PS ter sido aceite pelo atual executivo, não obstante terem sido todas em prol dos Ilhavenses, como são exemplo o abaixamento da taxa de IMI de 0,4% para

0,35%, a redução em 1% da taxa de participação em sede de IRS, a aquisição de manuais escolares para os alunos do 1º ciclo, entre outras, agravada recentemente com o empréstimo de 1 milhão de euros a que se viu obrigado a contrair para manter a sua situação económica com rácios de solvabilidade, o projeto apresentado denota contradições com todas estas ações e opções políticas. As nossas reservas existem relativamente à construção de um novo Centro Escolar na Gafanha de Aquém não apenas pelas razões económicas supra mencionadas, mas, de igual forma, pela experiência evidenciada com outros centros escolares do concelho, com edificações novas no que ao tempo concerne, revelando contudo sinais precoces de degradação, materiais desadequados e cada vez menos alunos. Consideramos que ao não serem apresentados estudos e orçamentos sobre a possibilidade de, ao invés de uma nova construção para a Gafanha d'Aquém, optar-se pela renovação das atuais instalações. Não terem sido igualmente apresentados estudos sobre a segurança dos potenciais utilizadores, leia-se alunos, encarregados de educação e profissionais da área, considerando a localização do novo centro, o qual se situará paralelamente à via com maior movimento de tráfego na Gafanha d'Aquém e uma das que apresenta mais movimento em todo o Município, o projeto/decisão que nos é apresentado poderá vir a tornar-se mais nefasto do que benéfico. Consideramos que as populações deviam ter sido ouvidas, previamente, ao invés de serem confrontadas com um projeto da qual a sua voz não foi, nem é considerada, não existindo a preocupação e a sensatez de avaliar as responsabilidades e encargos para as gerações vindouras que esta decisão poderá implicar. O Partido Socialista de Ílhavo nunca se oporá nem deixará de refletir sobre os projetos e desafios que são colocados à comunidade. O que nunca fará, enquanto partido atento e responsável, é decidir sem auscultar os seus munícipes quando ao mesmo tempo lhes são exigidos sacrifícios, em alguns casos, sem que estes tenham contribuído ou retirem benefícios, razão pela qual o Grupo Municipal do Partido Socialista de Ílhavo se abstém nesta votação. Ílhavo, 19 de Fevereiro de 2016 O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Presidente da Mesa, coloca em análise o **Ponto 7 - Deliberar Aprovar a Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Ílhavo**, para o que nos termos do Regimento pede ao Presidente da Câmara, para fazer a devida explicação:-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Informa que vai ser o Vice-presidente a apresentar o documento, por ter a sua supervisão:-----

Marcos Ré: A matéria é vasta e está ligada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que estava já pensada há algum tempo, com o objetivo (que me parece mais importante) de revitalizar o centro histórico da cidade de Ílhavo, conferindo aos proprietários do património neste espaço, o direito de acesso a apoios fiscais e financeiros, sem prejuízo de outros que possam existir. Objetivos específicos de proteger e valorizar os valores naturais construídos, reabilitar os edifícios degradados, melhorar as condições de funcionamento e habitabilidade e proteger o património cultural edificado. Esta é uma síntese do que se apresenta nos documentos enviados.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros:-----

Sérgio Lopes: Afirma que “Ílhavo com Vida” é um bom mote com o qual o PS se identifica. Há muitos anos que o PS apresenta propostas para a dinamização dos espaços físicos da cidade de Ílhavo e há muito que alertamos para a hemorragia sistémica do centro de Ílhavo, para o território quase moribundo, ligado às máquinas, onde a acção ou inacção da câmara provocou muitos atropelos ao nosso património, num pulsar agressivo próprio de uma época e de uma gestão autárquica fragmentária de valores. Estas expressões foram retiradas da proposta que a Câmara faz e que subscrevemos em grande parte, ainda bem que reconhecem os erros que cometeram nos últimos anos. Não basta reabilitar o edificado é necessário dar corpo a diferentes patamares de incentivo para a dinamização do mercado de arrendamento, arrendamento apoiado para jovens, apoio social, e dinamização do comércio que foi para a preferência. Neste momento o que se pede é que sejam consequentes, pela ação, é urgente reabilitar a área urbana de Ílhavo e não se pode deixar em letra morta. -----

Flor Agostinho: Parabéns pelo trabalho apresentado, entende que o aproveitamento dos fundos comunitários para a reabilitação do centro de Ílhavo é uma oportunidade muito importante que não se pode desperdiçar. Acredita ser uma boa solução e que os ilhavenses a não vão desperdiçar.-----

António Pinho: Acha o documento bem elaborado e todos têm responsabilidades. O país tem tido sucesso em cidades de todas as dimensões onde se tem feito intervenções. Em Lisboa e Porto, sendo cidades grandes, há zonas onde as intervenções obtiveram tal sucesso que até já se fala de excesso de turismo! Na verdade a recuperação dos

centros históricos veio trazer às cidades uma qualidade muito apreciável e cativante e o centro de Ílhavo tem características com muito potencial, até pela proximidade com a Universidade de Aveiro e a sua população.-----

Carla Lima: É muito importante reabilitar o centro de Ílhavo, mas mais importante é saber como o fazer. A requalificação da malhada resultou na sua desqualificação e por isso o cuidado que tem de se ter. Um centro qualificado e desabitado não tem interesse, é necessário criar incentivos aos jovens para trabalhar e viver. -----

2ª Intervenção do Vice-presidente: -----

Marcos Ré: A saída das pessoas é um facto consumado, e saem pelas mais diversas razões, não só devido a deslocação para a preferia. Dado que não lhe foi colocada nenhuma pergunta objetiva, acrescenta respeitar a opinião da Carla Lima.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros:-----

Sérgio Lopes: Afirma, em reacção às afirmações do Vereador Marcos Ré, que ainda que muitas das causas da desertificação dos centros das cidades não sejam da responsabilidade das autarquias, em Ílhavo a Câmara nunca julgou este um problema ao qual se deva dar prioridade, lamentando que muitos projectos de reabilitação de edificado que a Câmara preconiza nas suas grandes opções do plano nunca tenham saído do papel, reiterando que o PS apoia este tipo de medidas e apelando a que sejam finalmente operacionalizadas.-----

Presidente da Mesa, anuncia que vai colocar o ponto a votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com 24 votos a favor das bancadas do PSD, do CDS/PP, do PS, da CDU e do BE.-----

Presidente da Mesa, coloca em análise o **Ponto 8 - Deliberar Aprovar a Alteração ao Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra**, para o que nos termos do Regimento pede ao Presidente da Câmara, para fazer a devida explicação:-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: -----

Informa o Presidente que vai ser o Vereador Paulo Costa a apresentar o documento, por ter a sua supervisão:-----

Paulo Costa: A proposta trata apenas de um pequeno ajustamento que é anual, pedido pelo concessionário, é um pequeno ajuste de regras e preços, para que continue a gerir bem o Parque como tem feito.-----

Não havendo inscrições o Presidente da Mesa coloca a votação:-----

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com 24 votos a favor das bancadas do PSD, do CDS/PP, do PS, da CDU e do BE.-----

Presidente da Mesa, coloca em análise Gestão de Resíduos Urbanos o **Ponto 9 - Deliberar Aprovar a Alteração ao Regulamento do Serviço de e Limpeza Urbana do Município de Ílhavo e Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos para 2016** para o que nos termos do Regimento pede ao Presidente da Câmara, para fazer a devida explicação: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: -----

Informa o Presidente que vai ser o Vice-presidente a apresentar o documento, por ter a sua supervisão: -----

Marcos Ré : Resulta da evolução desde a aprovação do último Regulamento em 2006. Resulta também da entidade reguladora a ERSAR. Tem uma parcela que corresponde ao consumo da água. Vamos ter tarifa fixa e tarifa variável, a regulamentação da ERSAR permite-nos ter uma componente fixa para nos aproximar do que é o atual tarifário. Para consumidor medio (aquele que consome até 8 m3 mensais) a tarifa de resíduos desce, para os outros sobe um pouco, conforme o consumo.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

António Pinho: Sendo uma determinação que ultrapassa a autarquia apenas deixar a nossa nota de estranheza.-----

João Roque: Considera que por vezes as pessoas gastam mais água só porque a família é grande. Assim, já pagam a água pela taxa alta e agora vão ver subir também o que pagam pelos resíduos, independentemente de serem pessoas que optam por medidas que reduzam os resíduos produzidos, que promovem a reciclagem através da separação que permite a recolha seletiva dos resíduos, que fazem compostagem, ... Por outro lado, uma família mais pequena pode não ter esses cuidados, produzir eventualmente mais volume de resíduos indiferenciados e continuam a pagar menos, o que se torna injusto. As famílias maiores são duplamente penalizadas.-----

Eduardo Conde: Receia que aqueles que habitualmente fazem compostagem em casa achem que não vale a pena, pagam de qualquer forma!-----

Presidente da Mesa coloca o ponto a votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com 24 votos a favor das bancadas do PSD, do CDS/PP, do PS, da CDU e do BE.-----

Presidente da Mesa, coloca em análise o **Ponto 10 - Deliberar Aprovar o Regulamento do Museu da Vista Alegre,** para o que nos termos do Regimento pede ao Presidente da Câmara, para fazer a devida explicação: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:

Informa o Presidente que vai ser o Vereador Paulo Costa a apresentar o documento, por ter a sua supervisão: -----

Paulo Costa: Define o Regulamento como sendo um conjunto normal de regras do Museu da Vista Alegre. Diz que é mais que um instrumento de gestão é também o final de um processo que vai dotar Ílhavo de mais um espaço fabuloso, requalificado e voltado essencialmente para o Turismo, que não sendo a única ferramenta é cada vez mais importante em todos os aspetos, mas especialmente no conhecimento além fronteira. O Município de Ílhavo que foi nesta AMI, apelidado de cidade morta e o concelho que a Câmara abandonou, assistiu este ano ao record de visitas ao Museu Marítimo de Ílhavo com 79.000 visitantes e um aumento de receita.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

Hugo Lacerda: Pergunta ao Presidente da AMI, porque não está no processo, o 1º. mail/propostas que enviou no âmbito da consulta pública do regulamento e estão as conclusões. Diz manter as questões que colocou e discorda do ponto de vista legal do nº. 3 Do artigo 4º. Onde se lê “sem fins lucrativos”. A entidade exploradora do Museu é a Vista Alegre uma entidade privada e este contrato provém de um comodato. Continua a afirmar que este contrato poderá ser invocado por parte da sociedade como nulo. Na resposta invocam que com base no código de sociedades comerciais pode a sociedade fazer este contrato desde que venha daí um favorecimento, confirma as suas dúvidas. Afirma que, poderia dizer-se que: “dar-se dinheiro a uma sociedade anónima, para construir um hotel que será explorado por essa sociedade para ser colocada a Vista Alegre no mapa é uma situação normal! Não é. Politicamente isto é sinal de batota”. Pergunta quais são os benefícios deste comodato com curto prazo? Vai ser gerido por alguém da Câmara e quem vai explorar? Conclui “a utilização do caminho mais fácil pode tornar-se no caminho mais tenebroso”. -----

Luís Leitão: Não discute o que originou esta parceria, mas a verdadeira parceria pública/privada deveria ser em sentido invertido, normalmente eram os privados que construíam para o público pagar neste caso é o contrário. Provoca esta situação alguma confusão, porque manifesta fraca capacidade de negociação. O período é tão curto, face aquilo que é normal em comodatos anteriores em períodos bem mais alargados. A Vista Alegre e aquela zona são muito importantes para o concelho e o país, isso não está em causa, pensa que se subverteram as coisas. Independentemente da rede de Museus ser uma vantagem na política cultural, concorda com o bilhete integrado. Faz uma analogia para demonstrar o seu descontentamento, pelo critério desta parceria: “Nas traseiras da sua casa existe um jardim mal tratado desde que a mulher deixou de tratar dele, que poderia valorizar toda a zona do Jardim Oudinot e vala de águas pluviais, sugere através de um comodato de 10 anos a intervenção no seu jardim.-----

Flor Agostinho: Salienta a importância que tem tido ao longo dos anos a Vista Alegre para o município de Ílhavo, a

que a Câmara não podia manter-se alheada. Acresce ainda a importância da criação de empregos que este comodato público/privado vai proporcionar, o que é muito relevante face à situação de desemprego que o país atravessa. -----

António Pinho: O Bilhete integrado entre o Museu Marítimo e o da Vista Alegre, não inclui o Stº. André o que seria também útil. Quanto às isenções não concorda, diz ser uma questão de princípio e são dinheiros públicos.-----

2ª. Intervenção do Vereador Paulo Costa: Sempre que vem um regulamento da Câmara o membro Hugo Lacerda tece uma série de comentários de catástrofes que felizmente nunca se vieram a concretizar. A Luís Leitão, diz que não há aqui favor nenhum e não existe público a favorecer privado, o que existe é uma boa parceria em que todos saem a ganhar especialmente a economia local. Pensamos em incluir o Stº. André no bilhete integrado, mas acabamos por considerar demasiados Museus seguidos e não nos pareceu relevante.-----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

Hugo Lacerda: Não pretende ensinar nada a ninguém, constitui-se como interessado e apresentou propostas, nos termos do CPA. A Câmara respondeu e tinha um prazo de 30 dias para responder como não pretendia alterar a sua posição, respondeu imediatamente. Estranha não constar no processo toda a documentação como já atrás referiu.

Presidente da Mesa, pede ao Presidente da Câmara para esclarecer: -----

Presidente da Câmara: Garante que não houve qualquer intenção de esconder documentos, até porque está o segundo mail o que desde logo manifesta a existência de um primeiro, houve um lapso de anexação, o que será colmatado. -----

Hugo Lacerda: Considera-se esclarecido e aceita. É sua convicção que é sua obrigação alertar para o que acha que não está bem e assim procede. Esta questão considera gravosa e como jurista tem obrigação de alertar para um problema que poderá vir a existir, embora o vereador ache que não, se vier a acontecer serão acontecimentos nefastos para todos. -----

Luís Leitão: Pede para ficar em ata as suas palavras, que se transcrevem: “Nada me move contra a empresa, sou fã da marca Vista Alegre, sou fã da Vista Alegre no seu todo. Não está nada em causa acerca da V.A. Não pode é subscrever tudo o que se faz, temos de ter direito à nossa opinião e à nossa diferença. Pareceu-me que este processo foi demasiado lesado, todo o processo e não o projeto de regulamento da V.A., mas todo o processo. O que queria era explicar que a Câmara não salvaguardou aquilo que eram os interesses do concelho e que se substituiu aquilo que é normal. É normal grandes empresas colocarem um teatro ao serviço da população, para publicitar os seus produtos e marcas, fazerem Museus com a sua marca e colocarem ao serviço da população, faz parte da responsabilidade social da empresa. E a V.A. tem feito muito por Ílhavo. O que acontece é que o processo funcionou ao contrário é a Câmara é a coisa publica que fez as coisas ao contrário eu vou fazer o Museu vou cuidar do Museu e ao fim de 10 anos ele é teu. Eu vou tratar do Teatro, vamos fazer umas coisas bonitas para animar tudo e ele é teu”. -----

Presidente da Mesa, pede ao Presidente da Câmara para responder:-----

Presidente da Câmara: Estiveram envolvidos neste comodato, a AICEP, a Direção Regional da Cultura, a CCDRC, a Visa Beira e a Câmara Municipal. Uma quantidade de entidades que conseguiram tiveram a inteligência de se unirem para recuperar um património riquíssimo do Município. Se não tivesse existido este acordo de comodato (com alguns defeitos pelo meio e não ponho em causa), as virtudes são claramente superiores aos porventura defeitos. O nome V.A. ultrapassa as fronteiras do nosso município e o ganho global da dimensão e visibilidade é uma mais-valia. Foram 20 milhões de euros repartidos por estas entidades: O grupo Visabeira na construção do hotel, Secretaria de Estado da Cultura recuperação da Capela e Largo e a CMI, na recuperação do Teatro e do Museu, que é hoje um dos melhores museus de porcelana do país. Estamos a discutir um regulamento com cariz municipal, não é para toda a vida é só para o tempo indicado. A CMI não vai fazer a exploração do Museu, mas sim a V.A. este regulamento é só para os 10 anos, não concordo com a existência dos problemas que o Hugo coloca.-----

3ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

Luís Leitão: “O Sr. Presidente terminou a responder à pergunta que eu não quis fazer, quem vai explorar o Museu.

O Município serviu de barriga de aluguer para a captação de fundos o que é chocante! É um direito que tenho, e o que está em causa é exatamente isto.-----

VOTAÇÃO: Aprovado por Maioria com 15 votos a favor das bancadas do PSD, do CDS/PP, 3 votos contra da Bancada do PS dos membros Hugo Lacerda, Luís Leitão e João Roque, da restante bancada do PS, 4 abstenções, ainda 2 abstenções das bancadas da CDU e do BE.-----

Presidente da Mesa, coloca em análise o **Ponto 11 - Deliberar Aprovar a Norma de Controle Interno do Município, ao abrigo do artigo 33º n.º.1, alínea i, da Lei 74/2013 de 12setembro,** ao abrigo do Regimento pede ao Presidente da Câmara, para fazer a devida explicação: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Este é um processo de acordo com a lei e também este é um processo para todos aprendermos, conforme falamos relativamente aos relatórios, matérias de financiamentos, execuções, criação de regras, também é necessário para se poder dar cumprimento a tudo ter mais meios humanos. Realcei a importância do início da utilização destes documentos este é um deles haverá lacunas, cá estamos para as corrigir.----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se: -----

Flor Agostinho: É um documento cuja leitura, recomendo vivamente aos futuros e putativos autarcas. -----

E não havendo mais intervenções sobre o ponto o Presidente da Mesa coloca o mesmo a votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com 24 votos a favor das bancadas do PSD, do CDS/PP, do PS, da CDU e do BE.-----

Presidente da Mesa, coloca em análise o, **Ponto 12 - Deliberar Aprovar a substituição do membro José Luís Cacho, eleito pela AMI ao abrigo da alínea j) n.º. 1 Do artigo 5º. Da lei 33/98, de 18/07.**-----

Presidente da Mesa: Explica que é apenas o cumprimento dum preceito legal, dado que o Eng.º. José Luís Cacho, por motivo de transferência de funções deixou de ter residência em Ílhavo.-----

Presidente da Mesa: Lê uma proposta da bancada do PSD, em que é apresentado o nome do Eng.º. José Braga da Cruz, Presidente do Conselho de Administração da APA, para o cargo e abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros, inscrevem-se:-----

Luís Leitão: Este é um momento político importante na AMI, pensamos que o nome a propor deveria ser consensual a todas as bancadas, foi assim eleito o anterior representante. O PSD apresenta um nome para provocar que outros Partidos o façam também, não me parece bem.-----

Presidente da Mesa: Lembra que as propostas apresentadas na Mesa sempre têm a possibilidade de serem subscritas por todos. Reconhece os argumentos do Luís Leitão, mas também sempre assim se tem procedido garante que não existe nada encapotado e pergunta quem se pretende inscrever:-----

João Bernardo: Diz que não está em causa a pessoa mas a forma como o PSD secretamente apresenta a proposta.---

António Pinho: Concorde que não é a forma mais correta de fazer uma proposta para eleição de um representante da AMI.-----

José Firmino: Faz suas as palavras do membro João Bernardo.-----

VOTAÇÃO: Tratando-se de personalidade, a votação é naturalmente secreta tendo obtido o seguinte resultado:---
Aprovado por maioria o nome do Eng.º. João Pedro Braga da Cruz, para ao abrigo da alínea j) n.º. 1 do artigo 5º. da lei 33/98, de 18/07, representar a AMI, com 12 votos a favor, 11 votos em branco e um voto nulo.-----

Todos os pontos desta ata são por votação unânime aprovados em minuta, para que produzam efeitos imediatos.-----

O Presidente da Mesa anuncia que, terminada a discussão da Ordem do Dia desta Sessão dá por finda a reunião pelas 01H20, do dia seguinte, 20/02/15. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 2016/06/17.